

Estudio de Caso

A família Teixeira recupera das terra do Marobá

“E ela falou: ‘O Seu Orlindo, com que ordem o senhor ta construindo casa lá na minha fazenda?’. Eu respondi: ‘Sua não é minha, eu tenho o documento dela e você não tem.

Você fez papel falso’. (...) ‘Coronel Ladrão, que cês tudo é ladrão! Eu quero é meus danos!’.” (Orlindo Teixeira, Comunidade Quilombola de Marobá)



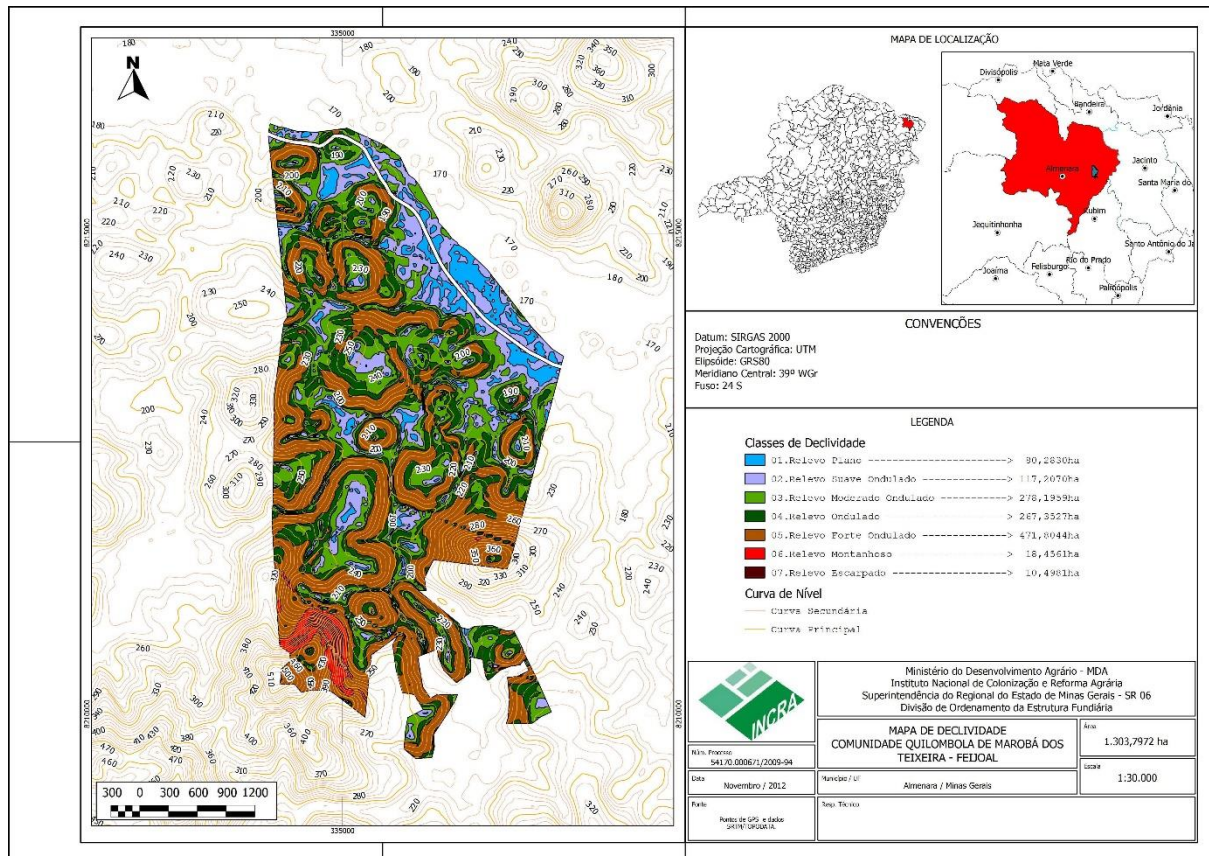
LOCALIZAÇÃO

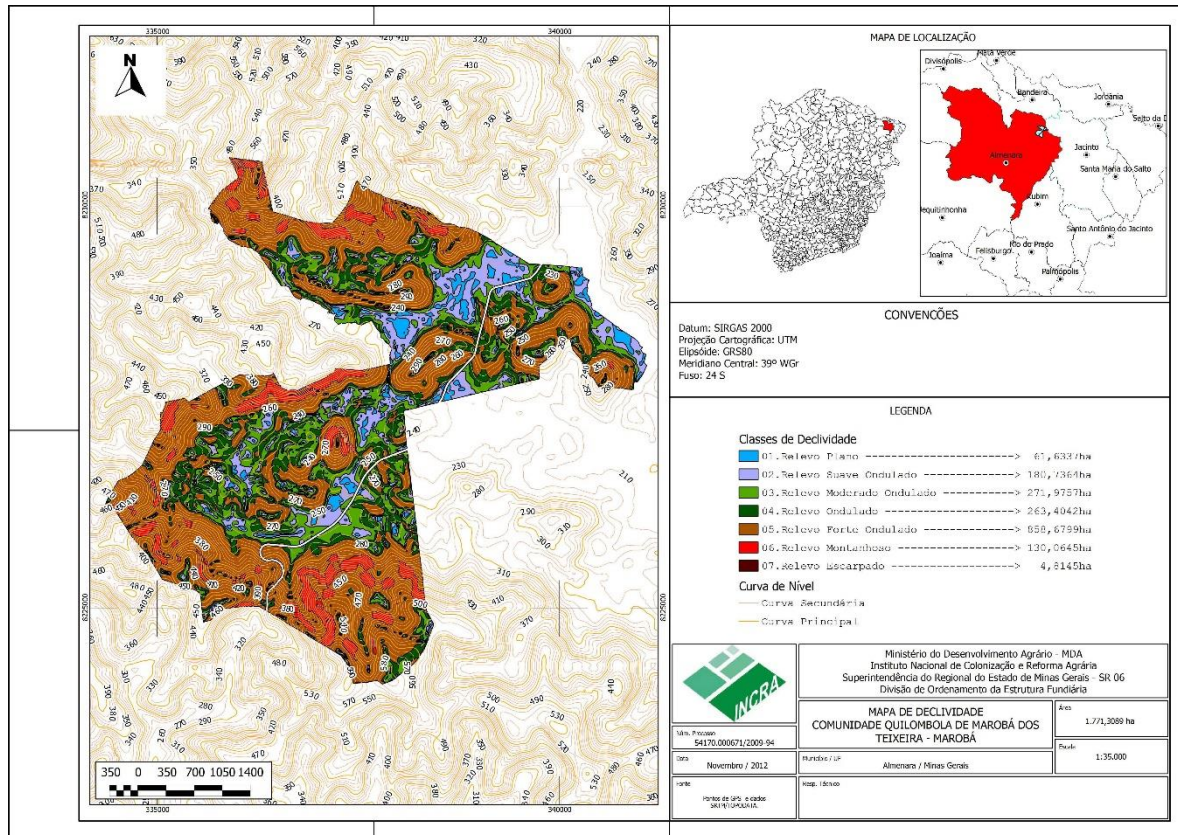
A comunidade quilombola Marobá dos Teixeira reivindica um território que soma 3.075.106 hectares de terra localizados na fazenda Maroba e no Feijoal, nas margens esquerda e direita do rio Jequitinhonha, respectivamente. O território está na zona rural do município de Almenara, região nordeste do estado brasileiro de Minas Gerais.

O estado de Minas Gerais é um dos 27 unidades federativas em que o Brasil está dividido. Localizado na região sudeste, que é a região mais rica do país, é o quarto maior estado em território e o segundo do ponto de vista populacional. Sua atividade econômica é focada na agricultura, na mineração e em atividades industriais como a siderurgia e metalurgia.

O município de Almenara fica na região chamada Vale do Jequitinhonha, por ser banhada pelo Rio Jequitinhonha, importante curso de água do estado e que já foi e é alvo da resistência de sua população ribeirinha contra a poluição pelas atividades mineradoras. Em contraste com a riqueza do solo, a grande atividade mineradora e a flora exuberante, está a enorme pobreza e miséria de sua população além da ausência de investimentos públicos básicos.

Mapa Comunidade Quilombola de Marobá dos Teixeira - Marobá





“As áreas denominadas Marobá e Feijoal que compõem o Território Quilombola Marobá dos Teixeira estão localizadas, respectivamente, nas regiões nordeste e leste do município de Almenara/MG e margens esquerda e direita do rio Jequitinhonha. Ressalta-se, no entanto, que apenas Feijoal faz confrontação com o referido rio.” (RTID, 2012).

Um caso de recuperação de terras e reconhecimento como quilombola

As Comunidades Quilombolas no Brasil

Maroba dos Teixeiras foi reconhecida como comunidade quilombola pela Fundação Palmares no dia 26 de janeiro de 2009. Comunidades quilombolas são aqueles grupos formados por sujeitos afrodescendentes que resistiram ao sistema escravista que perdurou dos séculos XVI a XIX no Brasil. A abolição formal da escravatura em 1888 não significou o fim imediato da escravização desses sujeitos, que continuam sendo mantidos em condições desumanas de existência e tendo seu trabalho gratuitamente explorado.

O direito à terra e ao território sempre foi negado a população afrodescendente, uma vez que a Lei de Terras de 1850 serviu para sujeitar o direito de posse à compra e ao registro cartorial, inacessível à quase totalidade dessa população. No entanto, várias estratégias de resistência foram ativadas pelas comunidades negras, tais como a herança, ocupação ou compra de terras. A existência de um território sempre foi uma condição para a construção de uma vida em liberdade. Esse direito, no entanto, era constantemente ameaçado por invasores e grileiros de terra a serviço da classe dominante.

Até os dias de hoje a reparação para esses grupos ainda não foi completa e muitas comunidades ainda lutam para obter o seu reconhecimento frente ao Estado. Além do acesso à terra, as comunidades lutam por ter sua cultura respeitada, acesso à educação e saúde. Segundo a Fundação Palmares, entidade vinculada ao Governo Federal responsável por emitir os certificados de reconhecimento de comunidades quilombolas, cerca de 300 comunidades reivindicam seu reconhecimento apenas no estado de Minas Gerais.

História do Marobá dos Teixeira

Da dureza do diamante à leveza do maroba

A comunidade do Maroba dos Teixeiras deve sua gênese à um grupo de trabalhadores decididos a se rebelar das condições desumanas de escravidão e trilhar seu próprio destino. Escravizados em Diamantina, município do estado de Minas Gerais famoso pela extração de pedras preciosas, sobretudo diamantes, decidiram colocar o pé no mundo abandonando a dureza do diamante e da vida. Depois de vários dias de caminhada na mata fechada e com os pés descalços, enfrentando todas as adversidades e encontros com animais selvagens da região, o casal João Teixeira de Souza e Ana Maria de Jesus encontraram a leveza dos córregos próximos ao Rio Jequitinhonha, carregados de marobás, peixe bonito e colorido que dá nome a região.

Era 1870 e o grupo pode finalmente exercer sua liberdade, mesmo que escondidos, cultivando a terra que foi denominada por eles como Rancho Grande. Nela fizeram as primeiras benfeitorias e produziram alimentos para subsistência do grupo, principalmente o feijão. Uma parte das terras já era habitadas por inúmeros coelhos que comiam toda a produção, o que fez necessária a divisão das terras para melhorar o cultivo e a harmonia entre os Teixeiras e a biodiversidade local, assim foi criada a região de Feijoal e de Coelhos.

Depois, percebendo a seca do Feijoal, partiram para fazer uma ocupação efetiva da região dos córregos do Marobá. Isso não significou o abandono da primeira área, que continuou ocupada com construções e lavouras, mas um incremento da ocupação com novas casas, cercados para animais e maior acesso à água.

João Teixeira é lembrado como herói pela comunidade, ele além de ter construído o quilombo com sua família e parentes foi responsável pela introdução do plantio de cacau na região. Este seria seu último legado: em 1899, depois de ter pego as sementes no Sul da Bahia para iniciar o plantio e estar preparando o solo para a chegada do fruto, o patriarca adoeceu e em seguida veio a falecer.

A família Teixeira deu continuidade à ocupação do território e especialmente Antônio Teixeira de Souza, um dos filhos de João, ocupou-se do cultivo de alimentos e da criação de animais na extensão do território. Antônio começou a viver com Maria Ferreira em Feijoal e o casal teve duas filhas: Ana e Josefa. Em 1910, aos 33 anos, Antônio casou-se com Carlota Adelaide de Jesus com quem teve sete filhos: Etelvina, Laudelina, Delorina, Clemencia, Orlindo, Amarantino e Ervílio. Com isso, Maria Ferreira passou a viver em uma parte do feijoal chamada Córrego de Areia, assumindo o protagonismo na ocupação nessa parte do território. Antônio vivia com Carlota na fazenda Marobá, mas costumava fazer deslocamentos frequentes ao Feijoal para levar mantimentos e intercambiar produções, até a morte de Maria. Entretanto, as descendentes de Maria continuaram a viver lá.

Em Marobá, a comunidade desenvolveu o cultivo do cacau que frutificou e se constituiu na primeira atividade comercial do quilombo, gerando recursos para investir na ocupação. No auge da produção foram colhidos cem mil pés de cacau que eram secados na comunidade e vendidos por tropeiros e mascates no Sul da Bahia ou na extensão do rio Jequitinhonha.

Toda essa vasta atividade era negada pelos escrivães que fecharam o inventário de João Teixeira de Souza no mesmo ano de sua morte, alegando não haver mais ocupação em suas terras, e abrindo caminho para as invasões dos fazendeiros e roubo das terras e dos pertences dos Teixeira. Assim, em 1939, todo o território de Feijoal, Coelhos e Marobá foi vendido como terra devoluta. Primeiro, dois fazendeiros se apropriaram de Feijoal e parte de Coelhos, expulsando seus legítimos donos, os quilombolas, que se dispersaram. Os que decidiram permanecer no território foram forçados a se mudar para Marobá, onde toda a comunidade passou a viver. O inventário sumiu do cartório, dificultando qualquer possibilidade de recurso por parte dos Teixeira.

Depois Marobá foi apropriada pelo fazendeiro Manoel Soares da Cunha Peixoto, o coronel Tinô que, estando doente, vendeu a propriedade três anos depois. No documento de venda, Tinô cita a existência de um herdeiro no território provavelmente se referindo à Antônio Teixeira de Souza, que permanecia na propriedade e havia criado relações com Manoel. Em que pese Manoel ter vendido indevidamente a propriedade dos Teixeira, pois havia constatado a presença de seus legítimos donos, sua citação no documento constituiu uma importante prova legal de que os quilombolas nunca abandonaram aquele território.

Com a nova venda, intensificou-se a expulsão dos Teixeira da fazenda e para isso foi utilizada todo tipo de humilhação e violência. Jagunços bebados quebravam as casas, ameaçavam os moradores e destruíam as plantações dos quilombolas. Os que insistiam em permanecer foram obrigados a trabalhar como agregados na fazenda, trabalhando em condições de escravidão nas lavouras de café que eles mesmo construíram com suas mãos.

Com tamanha pressão e injustiça, muitos Teixeiras foram obrigados a migrar e apenas Antônio Teixeira de Souza permaneceu no território, sendo obrigado a reviver a história de escravidão de seu pai João. Sua morte aos 90 anos, em 1965, o impediu de ver seus parentes retomarem sua terra de direito, dando continuidade a luta de seus antepassados. Filhos e netos de Pedro e Antônio Teixeira seguiram seu exemplo e permaneceram no Marobá, como agregados. Desde a ocupação inicial e mesmo nas condições mais desumanas, os Teixeira nunca abandonaram seu território.

Na terra eu deixei um irmão meu de escora, ele não saiu daqui de dentro desde a época do meu avô, nasceu e criou aqui dentro e uma irmã dele também. Estão bem velhinhos. Em mandava dinheiro pra eles da Bahia, o pouquinho que eu tinha. Depois de descobrir os papeis eu vim pra cá. Na época eu panhei muito apertado. Eles pegavam o chicote pra gente, era escravidão mesmo. Davam um tantinho pra gente de dinheiro e o trabalho aquele mundo. A gente sabia que era escravidão mas não podia falar nada. Até hoje um filho meu que eu trouxe da Bahia, tava limpando um secador ai, achou uma bala desse tamanho, é uma pistolagem aqui que só vendo. - Conta Orlindo Teixeira.

A retomada

Depois de décadas de expulsão e escravidão, no final da década de 1990, o inventário sumido de João Teixeira de Souza reapareceu e passou novamente para as mãos dos quilombolas. Um parente dos Teixeira no fim de sua vida, doente e arrependido, chamou seu Orlindo, um dos filhos de Antônio Teixeira de Souza e entregou o documento, confessando sua participação na compra das fazendas Feijoal, Coelho e Marobá. Em troca, se tornou jagunço do coronel Tinô. Nas negociações com os fazendeiros que compraram as fazendas obteve o inventário e o guardou desde então.

Seu Orlindo morava no Sul da Bahia com a esposa e filhos uma vez que não conseguia sustentar sua família nas condições desumanas impostas no Marobá, mas na época já movia ação na justiça para a reabertura do inventário de João Teixeira. Agora com o documento nas mãos, em 2002, mandou chamar o restante da família para a retomada de suas terras. Os parentes começaram a retornar mostrando que a identidade com aquele território estava mais do que viva. Em 21 de agosto de 2008 foi fundada a Associação Quilombola e menos de um ano depois a comunidade obteve o certificado da Fundação Palmares.

Seu Orlindo, figura alta e imponente, é um dos principais responsáveis pela retomada das terras. Neto de João Teixeira, já com seus 87 anos em 2016, conta como colocou “o pé na lapa do mundo” e, convencido dos seus direitos, lutou contra toda uma lógica violenta e coronelista no campo, que remonta o tempo da escravidão nos nossos dias.

Completo 20 anos que eu peguei o inventário no fórum e parti na lapa do mundo com ele pulei aqui dentro com o inventário na mão. Depois fui pra Brasília e lá foi reconhecida a ata. O inventário é de 1899. Tem quanto tempo? 117 anos. (...)

Eu desci pra Bahia com uma renca de filho, botei na carcunda de um jumento e fui porque aqui não dava para criar os meus filhos, porque um fazendeiro ricão chegou aqui e tomou as terras e escondeu o inventário e meu pai [Antônio Teixeira, filho de João Teixeira de Souza] ficou aqui assobiando. O trabalho era pesado na Bahia mas pelo menos a gente recebia algum dinheiro. Aqui a gente trabalhava na fazenda de cacau, no campo, fazendo cerca e roça e não via o dinheiro. Por acaso o D.¹, que naquela época era o herdeiro, mandou me chamar e tava com o inventário escondido, ele sabia aonde tava. Aí eu cheguei e ele já tava pra morrer. O coronel Tinô, que tomou essas terras, sumiu com o inventário e passou as terras para a Caçula, sogro de Celina Antunes Luz que tá no processo.² Aí o D. chegou com um papel da cor dessa pedra, me deu e ainda falou assim: olha meu filho pode correr atrás que tem. Esses dois homens, João e Manoel (são primos, Manoel é o do lado de lá), tinham 2 mil alqueires de terra. E eu falei que....10 alqueires de terra já é demais, imagina 2 mil. Os colarinho branco tomou muita terra nossa. Eu peguei o papel e pisei na lapa do mundo. Fui aqui e acolá e arranjei o inventário, com muito jeito e sofrendo porque eu não tinha leitura nenhuma. Uma pessoa dessa sofreu, sofreu muito pra conseguir pegar esse inventário. A partir daí que fizemos a ata. - Orlindo Teixeira.

Quando Orlindo Teixeira resolveu retomar as terras da sua família foi ousado, buscava respaldo legal na justiça comum, mas fazia também o que era justo com suas próprias mãos. Foi assim que ocupou uma das casas da fazenda, construídas pelos coronéis.

Há 8 anos me despejaram daqui. A gente vivia numas casas de palha que só vendo. E essa casa aqui trancada com uns “zé ninguém” se revezando para tomar conta. Aí a gente nessa situação resolveu ocupar a casa. Isso deu uma confusão da peste. Teve polícia até encher esse terreno aí. Me acompanharam para sair. Parou um caminhão para apanhar meus “trem”³ e sair sem destino. Uma nora minha me ofereceu um lugarzinho no armazém dela para guardar minhas coisas. Eu não tenho nada não, é tudo velho mas faz falta. Eu tive que me esconder. Fiquei nunca casinha pequenininha de lona com um bucado de

¹ Não revelaremos o nome para preservar a identidade de D.

² O nome de Celina, indicado no processo é Elenaura Moreira Alves Luz.

³ “Trem” significa coisas no dialeto do Estado de Minas Gerais.

gente minha lá, amigo, conhecido, no meio do mato por 8 meses. Não tinha muitas coisas mas perdi muita coisa com a chuva apodreceu. - Orlindo Teixeira.

(...) mas o importante é que voltou porque aquilo ali foi uma coisa muito feia que eles fizeram. Uma humilhação, humilhou muito. Aquilo ali ele sofreu na pela e não só ele, nós todos. É mais ele por ser uma pessoa de idade, pelo sofrimento que ele já teve aqui dentro, a humilhação muita porque até hoje a gente ainda sofre humilhação na cidade. Ela quando ela era viva muitas das vezes que ela via ele, eu to falando do que eu já vi, ela fazia menção de cuspir, como assim eu to com nojo dele, fazia gesto, uma pessoa muito baixa. - Maria Ferreira Praça, sobrinha de Orlindo.



Quando, por ordem da Polícia Federal, Seu Orlindo Teixeira voltou para a casa de onde tinha sido despejado conta que sentiu que “cresceu mais”. Ele, um homem gigante como um pé de Jatobá, teve uma pequena parte da sua reparação naquele momento e, com dignidade, continuou a olhar para frente, para todas as humilhações e danos que ainda não de ser reparados para que ele e seus netos tenham uma vida digna.

Linha do Tempo

1870 - O casal João Teixeira de Souza e Ana Maria de Jesus, junto com um grupo de trabalhadores fugidos da escravidão, fundam a comunidade nas terras de Feijoal, Coelhos e Marobá.

1899 - João Teixeira adoece e vem a falecer após introduzir o plantio de cacau na comunidade, que viria a ser sua principal fonte de sustento. No mesmo ano, após sua morte o inventário de seus bens é aberto e escritães fecham o processo, decretando que a terra foi abandonada. Descendentes de João permanecem na terra.

1939 - Territórios de Feijoal, Coelhos e Marobá são vendidos como terra devoluta.

1942 - Coronel Tinô vende a fazenda Marobá para Arcelino Antunes Luz (Coronel Caçula) que violentamente expulsa os Teixeira da terra e obriga aos que permanecem a se tornarem agregados da fazenda, em condições de escravidão. Antônio Teixeira permanece na terra.

1965 - Morre Antônio Teixeira aos 90 anos.

Fins da década de 1990 - seu Orlindo Teixeira recupera o inventário de João Teixeira.

2002 - Seu Orlindo reúne os familiares para a retomada das terras do Marobá

2008 - É fundada a Associação Quilombola Marobá dos Teixeiras.

2009 - Reconhecimento do Marobá dos Teixeiras como comunidade quilombola pela Fundação Palmares.

2012 - Publicação do relatório antropológico da comunidade quilombola Maroba dos Teixeiras.

Aspectos legais de acesso e controle da terra

A comunidade Marobá dos Teixeira desde que recuperou o inventário de João Teixeira no final da década de 90 iniciou o processo de luta pela retomada do território. Inicialmente buscavam o reconhecimento do título de posse do seu antepassado na justiça comum, o que era difícil dada a estrutura patrimonialista e racista do direito civil brasileiro.

Quando tomaram contato com a legislação que garante o direito quilombola eles, que já tinham uma identidade coletiva de resistência afrodescendente, começaram a se organizar em torno dessa pauta pelo reconhecimento dos seus direitos. Em 2008 fundaram a Associação Quilombola, em 2009 foram reconhecidos pela Fundação Palmares e em 2012 foi publicado o relatório técnico e antropológico da comunidade.

Nesse processo foram resistindo às tentativas de expulsão por parte dos fazendeiros, que arrefeceram na medida em que o reconhecimento dos seus direitos foram sendo alcançados. Hoje os quilombolas aguardam a titulação final do território e o reassentamento de famílias que estão em suas terras, nomeadamente posseiros e um acampamento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que aguarda o assentamento pelo

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A convivência com essas comunidades é harmônica e não há disputa entre eles, colaboram na subsistência e na resistência aos coronéis.



A vida no Quilombo de Marobá

A Marobá dos Teixeira é uma comunidade quilombola rural constituída em 2012 por 15 residencias, nas quais vivem em torno de 40 pessoas, ligadas entre si por relações de parentesco e ancestralidade. A maior parte dos descendentes do patriarca João Teixeira se mudaram para outras cidades de Minas Gerais, São Paulo e para a Bahia durante os anos de expulsão, grilagem e escravidão, mas mantiveram as relações com o núcleo familiar quilombola. Hoje, aos poucos, estão regressando a sua terra de origem.

As práticas e a memória coletiva estão ligadas às formas de vida no campo. A roça e a criação de animais, conjugada às residências, são as principais atividade de substitência no quilombo. O trabalho é executado por núcleos familiares e algumas atividades são coletivizadas entre toda a comunidade, tal como a construção da farinheira comunitária, que permitirá aos Marobá dos Teixeira consumir e comercializar a farinha de mandioca,

e o plantio coletivo do cacau, cuja renda serve para financiar os equipamentos coletivos e os próprios gastos da luta pelo reconhecimento do território. Maria Ferreira, sobrinha de Orlindo Teixeira, explica o sistema:

Em 2015 foram colhidos 1000 Kg de cacau. Com o recurso da colheita foi possível adquirir as portas da farinheira, vidros e outros materiais. A colheita do cacau é coletiva em esquema de mutirão. A colheita é vendida e o recurso vai para realizar melhorias na comunidade.

A produção coletiva do Cacau, introduzida na região por João Teixeira no século XIX, é uma forma de resgatar a riqueza comum que o patriarca deixou de herança naquelas terras e que foi expropriada pelos fazendeiros. Quando Maria mostra o antigo galpão de cacau que utilizava o trabalho escravo da comunidade, explica:

(...) lugar pertencente ao coronel Abílio, onde os trabalhadores manuseavam o cacau. Os trabalhadores eram formados, em sua maioria, pela família Teixeira, legítima dona daquelas terras. Depois de roubados, os Teixeira foram escravizados e obrigados a trabalhar para Abílio. O cacau foi trazido para aquelas terras pelo tataravô de Maria [avô de Orlindo], que arrumou as sementes no sul da Bahia e começaram a cultivar o fruto naquelas terras, antes de serem roubados por Abílio. Nessa casa o cacau era secado no forno, curtido e guardado. Os Teixeiras faziam todo esse serviço em troca de miséria. Mesmo depois de decretado o fim da escravidão ainda existia escravidão.

A comunidade se opõe à apropriação individual do cacau por qualquer pessoa que seja, quilombola ou não. O cacau é um bem comum da família e que deve servir à continuidade da luta iniciada por seus antepassados. Além do mais, o cultivo do cacau é uma atividade ecológica. As árvores da fruta foram plantadas ao longo da extensa mata que existe na comunidade e que fornece aos quilombolas também ervas medicinais e curas.

Grande parte da mata foi destruída pelos fazendeiros, e hoje a comunidade faz questão de preservar esse espaço que, para eles, é cheio de significados. As árvores enormes e antigas como jequitibas e gameleiras, guardam a memória dos antepassados. Os quilombolas contam que Pedro Teixeira, filho de João Teixeira, um dos seus antepassados, está enterrado sobre uma frondosa gameleira, alta como são os quilombolas da família Marobá.

A comunidade é majoritariamente católica, embora hoje não celebre mais tantas festas religiosas como no passado. Um momento destacado de culto para a comunidade é na morte de parentes.

(...)antes, quando algum parente morria, o corpo era velado em casa, com rezas e cantos entoados pelas mulheres. Os mortos eram enrolados em redes, carregados até o local das sepulturas e enterrados diretamente na terra. Recentemente, a comunidade demarcou dentro do seu território um espaço

destinado ao enterro de seus mortos, o cemitério Santo Antônio. Mas os antigos cemitérios são muito valorizados pela comunidade. Todos sabem onde seus antepassados estão enterrados: no cemitério do Feijoal, onde está o corpo de João Teixeira dos Santos ou no cemitério da estrada de bandeira, além da sepultura de Pedro Teixeira. (Maíra Leal, 2015).

A mata, a roça, as casas, as antigas propriedades dos fazendeiros e os antigos cemitérios formam um território repleto de significados, onde se entrelaçam as histórias dos antepassados e a resistência quilombola às diferentes formas de violência, roubo e escravidão. Nesse vasto território a família vive de forma comunitária, encontrando-se diariamente para conversas, atividades de ajuda mútua, mutirões, festas, casamentos e assembleias para decidir os rumos da comunidade.

A precariedade de infraestrutura na comunidade e a falta de acesso aos bens essenciais é notória. A maioria das casas são construídas com materiais muito rústicos, a partir da antiga técnica do pau-a-pique. Não existe luz elétrica e a captação de água é feita a partir dos córregos da região, sem qualquer tratamento. O acesso à saúde é um enorme problema, pois o posto mais próximo é de difícil acesso e os quilombolas têm que se deslocar cerca de 30 Km para receber atendimento adequado. A educação igualmente é um problema histórico para a comunidade, as crianças têm que se deslocar aos municípios vizinhos para frequentar as escolas e o analfabetismo é a realidade da maioria das pessoas de maior idade.

O fato de terem hoje terras para plantar e viver reconhecidas pela Fundação Palmares torna possível o trabalho e a vida comunitária, sobretudo entre os mais velhos. Para os mais jovens, no entanto, são necessários mais estímulos para continuarem na terra, muitos saem em busca de melhores oportunidades.

O maior sonho da comunidade é ter a titulação das terras para viverem e trabalharem em paz. Isso, no entanto, não é tudo. Claro está que os quilombolas precisam do atendimento integral de saúde e educação quilombola e de oportunidades para os mais jovens. São necessárias políticas públicas que garantam seus direitos básicos e a valorização da sua história.

Além disso, há um enorme desejo de reparação história por toda humilhação sofrida. Essa reparação passa pelo reconhecimento de que tudo o que passaram e tudo o que lhes foi roubado é fruto da persistência de uma lógica escravocrata e coronelista no campo brasileiro. Como explica Seu Orlindo Teixeira ao falar da briga que teve com Elenaura (Celina), a esposa do filho de um dos coronéis que lhes roubaram as terras:

A Celina foi embora, sumiu. Dela eu quero meus danos. Isso aí eu vou caçar um advogado. Eu já tô com as vistas ruins, não posso viajar mais. Celina é a esposa de Abílio. E ela falou no Cantagalo, um supermercado muito bom. Chegou perto de mim e falou, com um monte de pistoleiro do lado dela e o supermercado cheio: “O seu Orlindo, com que ordem o senhor ta construindo casa lá na minha

fazenda?”. Eu respondi: “Sua não é minha, eu tenho o documento dela e você não tem. Você fez papel falso.” Em 1940 foi que o marido dela entrou aqui, o Caçula. Ela respondeu: “Caçula não senhor! Auto lá com essa conversa. Coronel Caçula!”. Ai eu respondi: “Coronel Ladrão, que cês tudo é ladrão! Eu quero é meus danos!”.

Referências bibliográficas

RTID (2012) **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural da comunidade quilombola Marobá dos Teixeiras**. André Luís Lopes Borges de Mattos.

Corrêa, Maíra Leal (2015) **Marobá dos Teixeiras**. Belo Horizonte: FAFICH.

Créditos

Sistematização por Natália Alves da Silva e Isabella Gonçalves Miranda.

Colaboração com Amanda Couto de Medeiros, funcionária do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial; moradores da comunidade Marobá dos Teixeiras: Maria Ferreira Praça, Orlindo Teixeira de Souza, Jurandir Dias de Sousa, Ana de Souza Dias, Evani Ferreira Praça, Antônio Dias de Souza, Elzi Dias de Souza Lima.

Instituição parceira: Brigadas Populares

Fotografia de Natália Alves da Silva e Isabella Gonçalves Miranda.

Informações adicionais

- Site do INCRA sobre as comunidades quilombolas do Brasil: <http://www.incra.gov.br/quilombola>
- Coleção Terra de Quilombos, Comunidade Marobá dos Teixeira. Disponível a 10 de Maio de 2016 em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/maroba_dos_teixeiras.pdf

Galeria de imagens



Antigo galpão onde cacau era secado e embalado



Caminhada pela mata no Marobá dos Teixeiras



Casa de Antônio Dias de Souza, filho de Orlindo Teixeira de Souza



Casa de Orlindo Teixeira Dias



Córrego no Marobá dos Teixeiras



Jurandi Dias de Souza (filho de Orlindo Teixeira de Souza) ao lado de Gameleira onde Pedro Teixeira foi enterrado



Maria Ferreira Praça, sobrinha de Orlindo Teixeira de Souza, no antigo galpão do cacau



Maria Ferreira Praça (sobrinha de Orlindo Teixeira de Souza)



Orlindo Teixeira de Souza



Orlindo Teixeira de Souza e Ana de Souza Dias (esposa de Orlindo Teixeira de Souza)



Orlindo Teixeira de Souza e Jurandi Dias de Souza (filho de Orlindo Teixeira de Souza)
na frente da casa de seu Orlindo



Orlindo Teixeira de Souza



Plantação de cacau



Seu Orlindo em frente a sua casa.



Da esquerda para direita: Maria Ferreira Praça (sobrinha de Orlindo Teixeira de Souza), Orlindo Teixeira de Souza, Ana de Souza Dias (esposa de Orlindo Teixeira de Souza), Jurandi Dias de Souza (filho de Orlindo Teixeira de Souza), Evani Ferreira de Souza (filha de Maria Ferreira Praça), Antônio Dias de Souza, bonê (filho de Orlindo Teixeira de Souza), Elzi Dias de Souza Lima, abaixada (filha de Orlindo Teixeira de Souza).